ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **dwyXz73wNinL** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

Moradia na Favela: Uma Visão Sociodemográfica dos Aglomerados Subnormais em Campinas

Autores:
Suyanne Galvão Bacelar - Unicamp - suyannegalvaobacelar@hotmail.com
José Marcos Pinto da Cunha - Unicamp - zemarcos@nepo.unicamp.br

Resumo:

Propõe-se para estre artigo a análise e a compreensão fenômeno de favelas na cidade de Campinas. Primeiramente, se ocupará em demonstrar como a bibliografia retrata as articulações de interesses do mercado imobiliário na cidade e que, consequentemente, modificam as dinâmicas demográficas configurando e reposicionando os aspectos socioespaciais do urbano. Então, se trabalhará a definição e a caracterização do que são favelas no Brasil e em seguida se analisará como se estruturam as favelas, especificamente, no município de Campinas. Desse modo, se fará uso de bibliografias que abordam a produção do espaço e a noção de favela e de dados sobre aglomerados subnormais do Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010, a fim de identificar como se estruturam as favelas de Campinas e como se configura o perfil geral de sua população.

MORADIA NA FAVELA

Uma visão sociodemográfica dos aglomerados subnormais em Campinas

INTRODUÇÃO

Esse trabalho propõe-se a elucidar as facetas atreladas ao processo de favelização e a expor as condições de moradia nas favelas de Campinas. Apesar de se realizar um esforço para superar o estigma e os espectros de pobreza, violência e informalidade presentes no imaginário das pessoas sobre a figura da favela como um corpo homogêneo e estagnado, esse artigo busca problematizar as condições de moradia em favelas. Por conseguinte, os fatores que determinaram o rumo desse estudo envolvem as construções produzidas no imaginário das pessoas sobre a população favelada, mas por outro lado, também reconhecer que a favela ocupa uma posição socioespacial inferior em alguns quesitos comparado ao todo do município.

Vale notar que Campinas é o sexto município do Brasil com o maior número de favelas, estatísticas que em nada deveriam envaidecer seus habitantes e, sobretudo, seus governantes, mas que demonstra uma das faces cruéis da forma como a cidade organizou ou tentou disciplinar a ocupação de suas terras, ou seja, com importantes restrições que não deixaram muitas alternativas para a população de baixa renda. Serão expostas as dinâmicas sociais que desembocam na formação das favelas no Brasil em meados dos anos 1970, como a urbanização, e, os mecanismos da cidade que se articularam a partir do desenvolvimento das metrópoles, como o mercado informal de terras.

Esta análise está voltada para conhecimento das condições de habitação nas favelas no município, então serão utilizadas as informações do Censo Demográfico do IBGE em 2010, fonte de dados mais recente e uma das poucas possiblidades de se conhecer um pouco mais de perto a população que vive nestes assentamentos. Sendo assim, este estudo, na falta de

dados mais específicos provenientes de outras fontes e considerando a aceitação por parte da comunidade científica dos critérios utilizados pelo IBGE[1], adotou-se a informação do Censo Demográfico de 2010 relativo aos chamados *aglomerados subnormais*[2] como uma boa proxy do que seriam as favelas do município de Campinas, muito embora se saiba que tal nomenclatura inclui não somente favelas, mas também comunidades, vilas, palafitas, entre outros. Tem-se consciência que isso pode ocasionar entraves na estimativa e interpretação dos dados, pois a avaliação cartográfica pode não estar ajustada em relação ao planejamento do censo e as favelas muito pequenas podem ser desconsideradas na captação dos dados, no entanto, considera-se que o caminho adotado é consistente já que certamente representa a grande parte constituinte dessa classificação nas grandes cidades.

A análise terá como ponto de referência as condições médias do município de Campinas de forma a avaliar com maior clareza as condições de vida da população residentes nestes assentamentos que nitidamente não fazem parte do que se poderia chamar da "cidade formal", mas que é parte integrante de sua dinâmica econômica, social e política. Assim, os objetivos desse artigo constituem-se em revelar a infraestrutura das casas faveladas e o perfil dos seus moradores, a fim de se entender porque a favela é uma alternativa habitacional para as pessoas, expor a segregação socioespacial e, em alguma medida, desmistificar alguns significados das favelas.

CAMPINAS E SEU PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Para adentrar na discussão sociodemográfica que se propõe este artigo, é necessário primeiramente apresentar um panorama geral do local em que ocorre o processo escolhido para a observação do objeto de estudo, que é o processo de favelização e sua relação com dinâmica demográfica.

Pode-se dizer que o processo de crescimento, expansão e sobretudo consolidação do município de Campinas como metrópole emergente tem sua gênese nos anos 1970. É fato que o município beneficiou-se da desconcentração industrial desde São Paulo (capital), que

[1] Ver por exemplo o estudo de Marques et al, 2007.
[2] Setor censitário que contém cinquenta ou mais casas faveladas contíguas (IBGE, 2010).

se deu, entre outros fatores, por políticas governamentais, tais como o II Plano Nacional de Desenvolvimento, e pelas condições de produção de uma deseconomia de aglomeração naquela cidade e sua região de influência. Ao longo da via Anhanguera, as indústrias foram se instalando, acompanhadas por um intenso fluxo migratório de indivíduos com mão-de-obra de baixa qualificação que se estabeleceu, predominantemente, na região sudoeste do município de Campinas. Esses processos alteraram a configuração do tecido urbano tradicional e geraram novas formas de organização do espaço. A partir da década de 1980 e sobretudo na década seguinte, registra-se o início de um novo momento do processo de urbanização no Brasil, em particular um quadro de queda da fecundidade e de desaceleração da migração interna de mais longa distância, esta última sabidamente um dos grandes motores do processo de urbanização e crescimento das grandes cidades no país (Cunha, 2015).

Nesse contexto, observa-se uma significativa desaceleração do crescimento da maioria das áreas metropolitanas brasileiras, muito embora ainda sendo mantido o crescimento de vários municípios periféricos, fruto que tem sido chamado “potencial endógeno de crescimento” (Cunha et. al., 2018) destas áreas em função da redistribuição de sua população, em particular daquela de mais baixa renda.

Da mesma forma, o número de famílias morando em favelas cresceu, tendo sido registrado também o aumento do desemprego e da violência. Pode-se dizer que este fenômeno, certamente não específico do Brasil, tem na população migrante, em especial a de baixa qualificação, – aliás, uma das grandes protagonistas como mão-de-obra do desenvolvimento industrial – um dos seus maiores motores tendo em vista as grandes dificuldades de acesso ao mercado imobiliário formal por causa dos baixos salários. Sendo assim, muitos fixaram moradia em áreas ambientalmente frágeis e com condições precárias de infraestrutura e serviços, dando origem às favelas no município (Pires, 2007).

A QUESTÃO HABITACIONAL NA CIDADE E O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO

Como formas de assentamentos urbanos, as favelas também são fruto e uma das mais tristes faces do processo de produção do espaço no sistema capitalista responsável pelas disputas por localização nas cidades, que são travadas entre interesses muito distintos do capital – e não apenas o imobiliário – e da população, em particular, a de menor poder aquisitivo quase sempre sem a necessária e devida regulação do Estado.

De fato, ao invés de operar visando o bem estar da população e seu direito à cidade, o Estado quando atua, por exemplo, com políticas explícitas – quase sempre baseada na propriedade privada e nos programas habitacionais (Rolnik, 2015) – em geral termina por oferecer às classes socioeconômicas baixas moradias localizadas em espaços que as afastam dos centros, com piores condições de infraestrutura e também distantes dos locais onde exercem suas atividades cotidianas. Por isso, essa população procura por alternativas mais acessíveis financeiramente e que privilegiem seu espaço de circulação dentro da cidade.

Nesse sentido, as favelas constituem uma forma de habitação que emerge a partir de processos sociais iniciados no contexto de formação das grandes cidades no século XX e refletem a busca por alternativas à falta de opções existentes no mercado formal de terras. De fato, não é novidade afirmar que o acesso à moradia de qualidade para a população de baixa renda no Brasil é limitado e, praticamente, inalcançável.

Assim, a *lógica da necessidade* traça esse caminho racional para a obtenção de terras na cidade pela população mais pobre, tratando de prover alternativas populares à constituição das cidades modernas articulada juntamente à *lógica do mercado* ela produz o *mercado informal do solo* (Abramo, 2007). Baseado, geralmente, em relações de amizade ou parentesco que permitem a manutenção da confiança contratual, o mercado informal do solo representa a irregularidade urbanística, construtiva e refere-se ao direito de propriedade da terra, que compõem as dimensões urbana e econômica. A falta de suporte estatal através de sistemas de provisão e o crescimento da urbanização torna a lógica da necessidade a forma dominante de acesso à moradia pela população socioeconômica mais baixa. A habitação torna-se, então, guiada pelo ciclo de ocupação, autoconstrução e autourbanização, o que acaba por promover a intensificação dos assentamentos populares informais.

Trata-se, infelizmente, de um convívio política e socialmente aceito entre a “cidade formal” e a “cidade informal” do qual as favelas – e sua indiscutível heterogeneidade (Préteceille e Valadares, 2000) – são, talvez, as faces mais contraditórias, já que ao mesmo tempo que revelam o descaso do poder público e a falta de condições habitacionais, também podem ensejar dinâmicas e práticas comunitárias nem sempre observadas nos bairros periféricos.

FAVELA COMO CATEGORIA SOCIODEMOGRÁFICA

Caracteriza-se favela por quesitos, como: a) proporções mínimas: agrupamentos residenciais compostos por 50 domicílios; b) tipo de habitação: barracões rústicos; c) condição jurídica de ocupação: não apresentavam licenciamento ou fiscalização, em propriedade de outros ou desconhecida; d) melhoramentos públicos: ausência ou deficiência de rede sanitária, luz, telefone e água encanada; e) urbanização: área fora dos padrões urbanizados (Pasternak e D’Ottaviano, 2016).

Em razão desses aspectos estruturais e sociais, atribuiu-se um estigma às favelas e aos seus habitantes. Contudo, como já dito, as favelas não são uma massa homogênea no que concerne a sua estrutura e composição; elas são repletas de facetas sociais que estão em constante modificação pela dinâmica demográfica que influi sobre ela. Dentro de uma mesma favela é possível encontrar construções distintas, algumas mais precárias e outras menos. Além disso, a qualidade infraestrutural pode demonstrar um maior acesso a serviços básicos do que se está marcado na visão estigmatizada. Destaca-se também que a dissimilaridade dos seus moradores pode ser ampla, compondo perfis sociodemográficos que divergem da noção de marginalização da população de favelas.

No que diz respeito ao perfil da população que migrou de outras regiões do Brasil para as favelas do Sudeste do Brasil, é conhecido que a grande proporção era de migrantes advindos do Nordeste. No entanto, deve-se levar em consideração que ao longo das últimas décadas com a redução da migração interestadual, esse contingente migratório mais antigo vem perdendo espaço, sendo que o quadro populacional das favelas mais recentes não é bem

mais diversificado. De fato, os dados mostram que mesmo as favelas mais antigas não apresentam um perfil de população migrante muito representativo, já que são compostas por algumas gerações de nativos da própria cidade. De qualquer maneira, embora esta questão não seja desenvolvida neste ensaio, pode-se pensar que, a depender do tempo de formação do assentamento, é provável que uma parcela considerável destes "novos" moradores seja parte do que se chama na demografia de "efeito indireto da migração", ou seja, representem as segundas ou terceiras gerações dos migrantes pioneiros que ocuparam estas áreas.

MORADIA NAS FAVELAS DE CAMPINAS

As condições de habitação nas favelas, muitas vezes, são julgadas muito carentes e sem o atendimento de serviços básicos, como água, energia e saneamento. Essa leitura tende a estigmatizar e generalizar todas as localidades que se enquadram nessas características. Contudo, as favelas têm acesso a muitos desses serviços.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010, Campinas apresenta 40.099 domicílios particulares ocupados distribuídos em 113 aglomerados subnormais. Os quatro maiores são: Núcleo Residencial Distrito Industrial de Campinas – DIC (5671 domicílios); Jardim Itaguaçu I e II (3505 domicílios); Núcleo Residencial Parque Oziel (3241 domicílios) e Núcleo Residencial Vila Vitória (1694 domicílios). No conjunto destes assentamentos o número médio de moradores por domicílio é de 3,7, o que aparenta ser um valor razoável ao se comparar com a média do Brasil que é de 3,54, desmistificando a visão de que nas favelas há muitas pessoas morando em uma mesma casa. Da mesma forma, analisando os dados para os aglomerados subnormais de Campinas do Censo Demográfico de 2010, é possível observar que o acesso a serviços básicos e as condições de moradia destoam um pouco do olhar tradicional às favelas.

De acordo com a Tabela 1, tem-se que a maior parte dos moradores de favela residem em domicílios com 2 dormitórios, seguidos de domicílios com 1 dormitório. Os resultados para o total do município são similares, demonstrando uma correspondência entre os domicílios favelados e os domicílios de setores normais do município. Contudo, as condições de

infraestrutura, localização e vulnerabilidade dos domicílios de aglomerados subnormais pode relativizar em grande medida o significado desse dado.

Tabela 1 – Domicílios particulares permanentes por número de dormitórios em aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010

Número de dormitórios	Aglomerados subnormais		Município	
	Domicílios	%	Domicílios	%
1 dormitório	12676	32,2	90611	29,3
2 dormitórios	18556	47,1	137186	44,4
3 dormitórios	7310	18,5	70323	22,8
4 dormitórios ou mais	874	2,2	10650	3,4
Total	39416	100	308770	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Quanto à forma de abastecimento de água vê-se que aproximadamente 98,9% dos domicílios de aglomerados subnormais dispõem de rede geral de distribuição, segundo a Tabela 2. Enquanto as outras formas de abastecimento mais precárias apresentam percentuais pouco significativos. O mesmo é visto na distribuição dos domicílios de todo o município. Não obstante não possa ser considerado uma característica geral das favelas, sabe-se por conhecimento empírico da realidade de várias delas na região que muitas vezes o acesso à água não se dá diretamente no domicílio como ocorre na cidade "formal" mas através de "gatos" ou extensões de um único ponto de distribuição no âmbito do assentamento[3].

[3] Embora o termo "gato" seja mais comumente usado para a captação de eletricidade, em geral irregular, de um ponto de luz público, parece ser que o termo também pode se aplicar para a questão da água já que, mesmo não sendo de todo irregular, uma vez que há ao menos um hidrômetro, a forma de distribuição da água na favela se dá de forma organizada pela própria comunidade que também cuida da reparto dos custos.

Tabela 2 – Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais e no município por forma de abastecimento de água, Campinas, 2010

Forma de abastecimento de água	Aglomerados subnormais		Município	
	Domicílios	%	Domicílios	%
Rede geral de distribuição	39621	98,986	341754	98,130
Poço ou nascente na propriedade	98	0,245	4547	1,306
Poço ou nascente fora da propriedade	37	0,092	1071	0,308
Carro-pipa	3	0,007	104	0,030
Água da chuva armazenada em cisterna	2	0,005	7	0,002
Rio, açude, lago ou igarapé	5	0,012	24	0,007
Outra	261	0,652	761	0,219
Total	40027	100	348268	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Em conformidade com essa informação, observa-se na Tabela 3 que quase 100% dos domicílios favelados tinham água canalizada, assim também é para o município. Contudo, cabe ressaltar que a classificação de "rede geral de distribuição" pode acabar não certificando positivamente a qualidade da água e do sistema de abastecimento dos domicílios, além da frequência na qual esses domicílios são abastecidos. Ou seja, pode haver faltar de água ou racionamento, principalmente, nas áreas faveladas devido à precariedade dos serviços que chegam a essa população. Em estudo anterior baseado em pesquisa específicas, embora não voltado especificamente às favelas, Cunha (org, 2009) mostra que na Região Metropolitana de Campinas os domicílios localizados nas áreas mais pobres da região de fato apresentam grandes deficiências na qualidade e frequência dos serviços públicos.

Tabela 3 – Domicílios particulares permanentes por existência de água canalizada em aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010

Existência de água canalizada	Aglomerados subnormais		Município	
	Domicílios	%	Domicílios	%
Tinham	39381	99,90	347787	99,89
Não tinham	35	0,10	399	0,11
Total	39416	100	348186	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Na Tabela 4, tem-se o tipo de esgotamento sanitário predominante, sendo que cerca de 52% dos domicílios de aglomerados subnormais estavam ligados à rede geral de esgoto ou pluvial; 19% utiliza rio, lago ou mar; 13% fossa rudimentar; 12% fossa séptica; e, 4% demais meios. Os percentuais de esgotamento sanitário demonstram uma falta de abrangência maior desse tipo de serviço nas favelas de Campinas. Na verdade, talvez a precariedade seja ainda maior na medida em que este dado sobre esgotamento sanitário não é totalmente confiável, sobretudo, se se considera a categoria "rede geral ou pluvial" que, se sabe, é de mais difícil constatação.

Tabela 4 – Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais e no município por tipo de esgotamento sanitário, Campinas, 2010

Tipo de esgotamento sanitário	Aglomerados subnormais		Município	
	Domicílios	%	Domicílios	%
Rede geral de esgoto ou pluvial	20664	51,6	300179	86,212
Fossa séptica	4835	12,1	19713	5,662
Fossa rudimentar	5294	13,2	15910	4,569
Vala	1263	3,2	1802	0,518
Rio, lago ou mar	7490	18,7	9857	2,831
Outro tipo	430	1,1	675	0,194
Não tinham banheiro ou sanitário	51	0,1	51	0,015
Total	40027	100	348187	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Quanto ao destino do lixo, segundo a Tabela 5, cerca de 99,8% dos domicílios de aglomerados subnormais dispunham do sistema de coleta e apenas 0,2% dos domicílios utilizavam-se de outras formas de descarte, como queimado, enterrado ou outro, valores similares aos do município. Cabe ressaltar a veracidade e a precisão do dado, já que, como se observa no trabalho de Cunha (org, 2009), pode haver lugares em que a coleta de lixo não ocorre rotineiramente ou até mesmo a coleta não é realizada no domicílio, sendo necessário percorrer determinada distância para se fazer o descarte no ponto de coleta do lixo.

Tabela 5 – Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais e no município por destino do lixo, Campinas, 2010

Destino do lixo	Aglomerados subnormais		Município	
	Domicílios	%	Domicílios	%
Coletado	39671	99,839	346702	99,550
Queimado	26	0,065	803	0,231
Enterrado	1	0,003	78	0,022
Outro destino	37	0,093	685	0,197
Total	39735	100	348268	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Os resultados para a existência de energia elétrica são de que aproximadamente 99,9% dos domicílios de aglomerados subnormais tinham energia elétrica, assim como para o total do município, de acordo com a Tabela 6. Os dados sobre a existência de energia elétrica pode dar a impressão de que grande parte dos domicílios é assistida pelo serviço público quanto à cobertura de energia elétrica, porém, cabe ressaltar que a prática do "gato" (Tavares, 2017) – ou seja, ligações irregulares – são muito frequentes.

Tabela 6 – Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais e no município por existência de energia elétrica, Campinas, 2010

Existência de energia elétrica	Aglomerados subnormais		Município	
	Domicílios	%	Domicílios	%
Tinham	40000	99,93	348121	99,97
Não tinham	27	0,07	113	0,03
Total	40027	100	348234	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

De acordo com a Tabela 7, verifica-se a localização das favelas, o que permite avaliar as condições de vulnerabilidade a riscos a que elas estão expostas. Cerca de 40% de domicílios favelados estão localizados à margem de córregos, rios ou lago/lagoas, que são áreas de risco de inundações ou desabamentos e disseminação de doenças em potencial, por exemplo. O fato de que muitos destes assentamentos encontram-se próximos a córregos reforça ainda mais o fato de que, de maneira geral, o destino do esgotamento sanitário seja por vias fluvial.

Tabela 7 – Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais por características e localização predominantes do sítio urbano, Campinas, 2010

Características e localização predominantes do sítio urbano	Nº domicílios	% domicílios
Margem de córregos, rios ou lagos/lagoas	16060	40,1
Faixa de domínio de ferrovia	1954	4,9
Encosta	836	2,1
Colina Suave	3905	9,8
Plano	10998	27,5
Outras	6274	15,7
Total	40027	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS MORADORES DE FAVELA

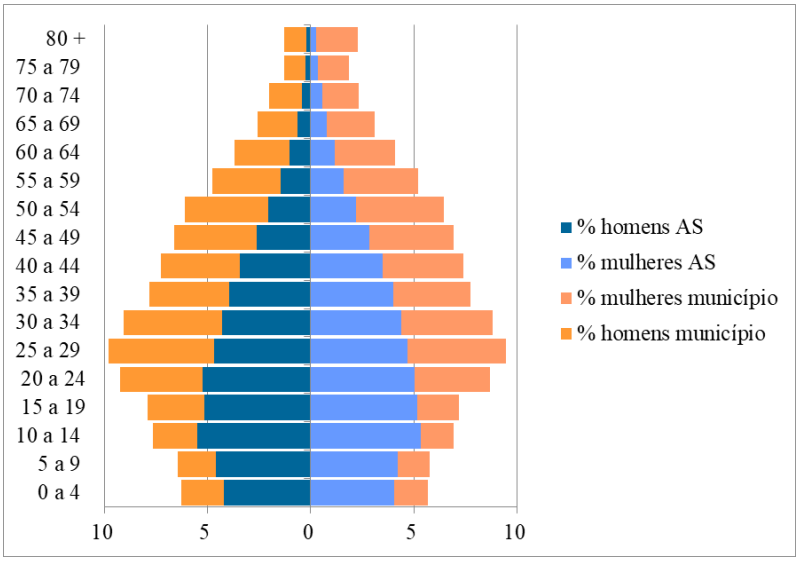
O perfil sociodemográfico dos habitantes das favelas também pode revelar outras facetas que fogem do estereótipo de "favela lugar de pobreza". Examinar os dados sociodemográficos permite traçar um perfil geral dos moradores desse tipo de habitação, esclarecendo questões que antes turvavam o entendimento.

Dentre todos os aglomerados subnormais de Campinas em 2010, obteve-se a seguinte composição por sexo: 50,2% são mulheres e 49,2% são homens. A partir da distribuição etária expressa no Gráfico 1, pode notar, em primeiro lugar, uma diferença significativa entre a estrutura da população favelada e "média" municipal, em particular no que se refere a uma maior presença de crianças no primeiro caso. De fato, percebe-se uma "forma" da pirâmide etária nas favelas muito mais sugestiva de predominância de famílias no começo de seus ciclos vitais, ou seja, adultos jovens (unidos ou não) com seus filhos, não obstante, também a presença mais intensa de crianças entre 10 e 14 anos sugira também famílias em fase de consolidação. Aliás, este dado observado em conjunto com as informações sobre migração e tempo de residência (a ser apresentada mais adiante), pode reforçar a ideia de que muitas destas favelas sejam assentamentos mais antigos dentro da cidade.

Ainda com relação à estrutura etária, pode-se observar que a participação relativa dos adultos, em especial entre os 20 e 34 anos, é muito mais importante no município de Campinas como um todo do que nestes assentamentos, o que mostra o peso da migração de

pessoas jovens (talvez indivíduos sozinhos ou casais sem filhos) na cidade, comparativamente às suas favelas. De qualquer maneira, é indiscutível que tanto em um quanto em outro caso, a distribuição etária revela os efeitos da queda de fecundidade que, desde os anos 1980, vem transformando a estrutura demográfica na qual as crianças passam a ter cada vez menor peso relativo. Assim como outros deste estudo, este dado novamente desmonta (ou para ser mais sutil, enfraquece) um dos sensos comuns mais utilizados no caso da população pobre e favelada: o número excessivo de filhos. Claramente esse não é o caso em Campinas.

Gráfico 1 – Distribuição etária dos aglomerados subnormais e do município, Campinas, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Os dados sobre cor ou raça mostram que a maior parte dessa população de aglomerados subnormais é constituída de pardos (48,7%), seguida de brancos (41,1%) e de pretos (9,6%); já no para o município, a população de brancos é maior (66,3%) e a seguinte é de pardos (25,4). Não há dúvidas que este dado é revelador e que sugere uma faceta da segregação que intersecta a questão socioespacial com a questão racial.

Tabela 8 – População residente em aglomerados subnormais e no município por cor ou raça, Campinas, 2010

Cor ou raça	Aglomerados subnormais		Município	
	População	%	População	%
Branca	60988	41,1	716386	66,3
Preta	14286	9,6	74656	6,9
Amarela	697	0,5	13275	1,2
Parda	72176	48,7	274588	25,4
Indígena	131	0,1	1043	0,1
Total	148278	100	1080113	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Na tabela 9, explicita-se a classe do rendimento mensal domiciliar. O que mais chama a atenção nestes dados é que a quase 83% dos domicílios favelados encontra-se na faixa de rendimento per capita médio entre "½ salário mínimo" e "2 salários mínimos", dado que, como seria de se esperar, contrasta fortemente com a distribuição observada no rico município de Campinas.

Tabela 9 – Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais e no município por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, Campinas, 2010

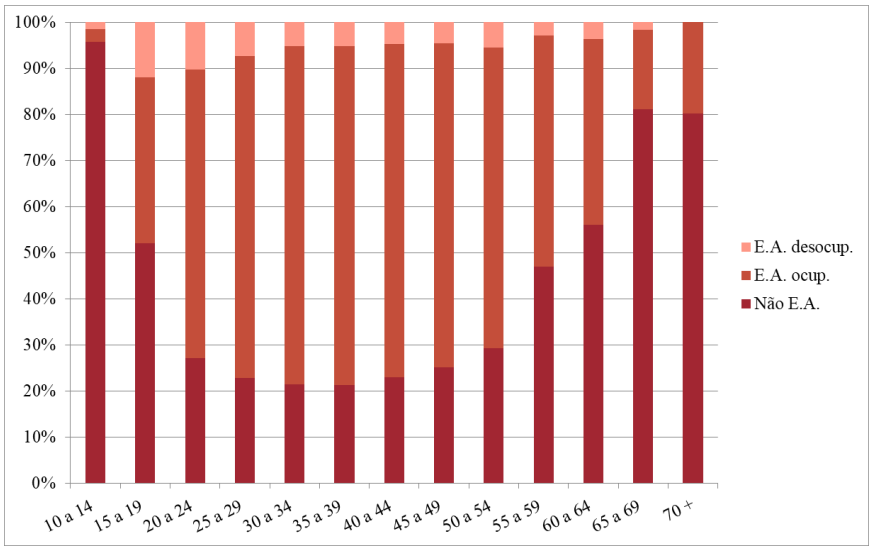
Classes de rendimento	Aglomerados subnormais		Município	
	Domicílios	%	Domicílios	%
Até 1/4 de salário mínimo	2761	6,9	584	0,2
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	8548	21,4	939	0,3
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	15152	37,9	16782	4,8
Mais de 1 a 2 salários mínimos	9411	23,5	48128	13,8
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1291	3,2	47531	13,6
Mais de 3 a 5 salários mínimos	378	0,9	76073	21,8
Mais de 5 salários mínimos	166	0,4	142783	41,0
Sem rendimento	2317	5,8	15448	4,4
Total	40027	100	348268	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

O Gráfico 2 revela o tamanho da população presente por condição de ocupação em cada grupo etário. Nessas perspectiva, observa-se que há uma maior proporção por grupo etário da população de favelas categorizada como economicamente ativas ocupadas, sendo

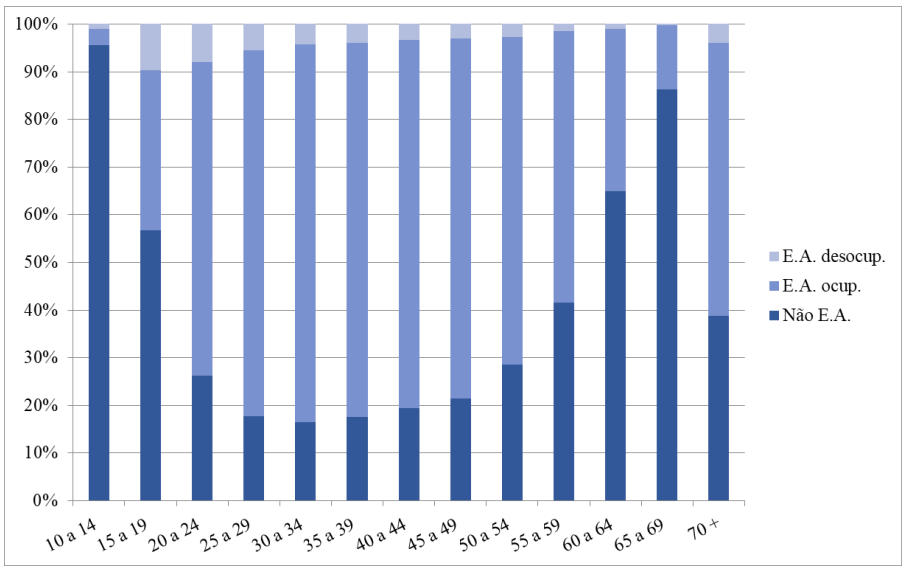
que as economicamente ativas desocupadas representavam a menor proporção em todas as faixas etárias. Nota-se que o padrão ocupacional para o município, no Gráfico 3, é muito similar aos dos aglomerados subnormais. A bibliografia confirma que a proporção de pessoas residentes em favela empregadas em trabalhos formais e com carteira assinada é semelhante à da cidade como um todo. Esse dado, quebra um dos grandes estigmas com relação às favelas, ou seja, aquele que tende a enxergar os seus moradores como pessoas desocupadas (Pasternak, 2006).

Gráfico 2 – População residente em aglomerados subnormais por condição de ocupação e grupo etário, Campinas, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Gráfico 3 – População residente no município de Campinas por condição de ocupação e grupo etário, Campinas, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A Tabela 10 expressa o número absoluto e o percentual de pessoas com 10 anos ou mais, segundo o nível de escolarização. Observa-se que 62% da população de favelas em Campinas não tem instrução ou, no máximo, possui o fundamental incompleto, enquanto esta cifra para o município não chega a 38%. Apesar de os "sem instrução" e com "fundamental incompleto" representarem a maior proporção também para o município, a distribuição da população entre as demais categorias é menos desigual do que a distribuição em aglomerados subnormais. O nível educacional preponderante é baixo nas favelas, o que revela um dos aspectos da segregação socioespacial.

Tabela 10 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por nível de instrução em aglomerados subnormais e no município, Campinas, 2010

Nível de instrução	Aglomerados subnormais		Município	
	Pessoas	%	Pessoas	%
Sem instrução e fundamental incompleto	75729	62,0	354507	37,7
Fundamental completo e médio incompleto	25072	20,5	167123	17,8
Médio completo e superior incompleto	20480	16,8	260411	27,7
Superior completo	884	0,7	157552	16,8
Total	122165	100	939593	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Já o cenário migratório geral dos aglomerados subnormais de Campinas de acordo com a Tabela 11 demonstra que nas favelas, aproximadamente 48% dos seus residentes não são naturais do município, cifra que não difere muito do que se observa no município como um todo (44%). Além disso, analisando a Tabela 12 vê-se que quase 70% de seus residentes não naturais do estado de São Paulo já moram no próprio estado há mais de 10 anos, valor semelhante ao registrado para Campinas (71%). Esses valores expressivos revelam que o fluxo migratório de outros municípios de São Paulo para as favelas de Campinas e para o município é intenso. Mais que isso, também tende a romper com outro estigma que normalmente – sobretudo as forças políticas conservadoras – se impõe aos migrantes, ou seja, de serem sempre os responsáveis pelo crescimento das favelas. Na verdade, em nossas cidades não há como negar a importância da migração em suas constituições, expansão e crescimento, sendo portanto sempre falacioso atribuir à migração (ou aos migrantes) a culpas de nossas mazelas que, isso sim, reflete o descaso do poder público e nossa desigualdade social.

Tabela 11 – População residente em aglomerados subnormais e no município por naturalidade em relação ao município, Campinas, 2010

Naturalidade em relação ao município	Aglomerados subnormais		Município	
	População	%	Pessoas	%
Naturais do município	77916	52,2	605082	56,0
Não naturais do município	71248	47,8	475032	44,0
Total	149163	100	1080114	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Tabela 12 – Pessoas residentes em aglomerados subnormais e no município não naturais da unidade da federação por tempo ininterrupto de residência na unidade da federação, Campinas, 2010

Tempo ininterrupto de residência na UF	Aglomerados subnormais		Município	
	Pessoas	%	Pessoas	%
Menos de 1 ano	2148	4,02	9360	3,79
1 a 2 anos	4013	7,50	18974	7,69
3 a 5 anos	5141	9,61	21055	8,53
6 a 9 anos	5164	9,66	20861	8,45
10 anos ou mais	37012	69,21	176529	71,53
Total	53476	100	246779	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo resultado e resultante da disposição espacial de moradias, – que revela a representação de determinado grupo socioeconômico – a segregação não é tida como algo majoritariamente desvantajoso por parte da literatura (Villaça, 1998). Contudo, como bem lembra o Villaça, pode haver prejuízos em ser segregado, já que a questão central está justamente nas consequências desta segregação para o acesso às oportunidades da cidade, especialmente quanto à infraestrutura e serviços para a população mais carente em termos socioeconômicos.

Esse conjunto de características e fenômenos pode embasar, à princípio, os preconceitos envoltos no imaginário do que significa favela e do perfil dos seus moradores, porém há uma heterogeneidade de fatores que devem ser considerados. A visão tida pelas instituições e pela classe média do Brasil descreve as favelas como um lugar de desordem, onde só moram pobres e excluídos. Por isso, a população favelada possui o estigma de que vive em um mundo de problemas sociais. Contudo, a favela não pode mais ser reduzida ao lugar da pobreza e da exclusão social, onde habita o favelado negro, nordestino, desocupado e marginal (Pasternak, 2006). Na verdade, ela é um lugar heterogêneo no que se refere às suas esferas socioeconômicas.

A partir dos dados analisados neste artigo pode, percebe-se que há quesitos em que os resultados de todo o município são muito próximos aos dos aglomerados subnormais, como o número de dormitórios, a existência de água canalizada e de energia elétrica. Entretanto, como já problematizado anteriormente, essa pode não ser uma conclusão muito fiel à realidade como à primeira vista. As condições de vida nas favelas ainda são inferiores em serviços e infraestrutura se comparada a outras áreas da cidade. Portanto, mesmo que seja extremamente importante fazer a ressalva de que elas não são sinônimo de pobreza, cabe destacar que ainda há um quadro de condições precárias.

Em certa medida, as favelas são zonas pobres, mas não se pode afirmar que são um lugar homogêneo onde há apenas a predominância de características julgadas como empobrecidas. Como observado, nas favelas de Campinas há categorias socioeconômicas baixas e médias, o que aponta indícios da estrutura heterogênea dessas localidades. Apesar dos consensos, os espaços favelados não devem ser analisados como um tipo urbano fundamentado em atributos unificados e estagnados. Na verdade, constata-se que as favelas apresentam ampla heterogeneidade de representações. Sendo assim, é indispensável gerar reflexões que promovam o debate sobre um projeto de cidade que vise ao bem estar da população e a melhorias nas suas condições de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles Latino-Americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR),** Rio de Janeiro, v. 9, n.2, p. 25-54, 2007.

CUNHA, J. M. P. el al. **Faces demográficas da metropolização brasileira**: algumas reflexões. XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2018 (mimeo).

_____. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora UNESP; CEM, 2015, p. 279-307.

CUNHA, J. M. P. (org). **Sumário de dados – pesquisa domiciliar**: Região Metropolitana de Campinas. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2009, 88 p.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006, 272 p.

D'OTTAVIANO, C; PASTERNAK, S. Políticas recentes de melhorias urbanas: municípios pequenos e médios e favelas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2015.

IBGE. **Aglomerados subnormais**: primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2010.

MARQUES, E. et al. (Coord.). **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília: CEM/ CEBRAP, Ministério das Cidades, 2007.

PASTERNAK, S. São Paulo e suas favelas. **Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da fauusp**, São Paulo, v. 1, n. 19, p. 176-197, 2006.

PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 75-99, abr. 2016

PIRES, M. C. S. **Morar na metrópole**: expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas. 2007. 178 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2007, 178 p.

PRÉTECEILLE, E., VALADARES, L. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: Luiz César de Queiroz Ribeiro (org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro, Revan/Fase, 2000, 630 p.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015, 424 p.

TAVARES, F. Gatos na favela: Eletrificação, segregação espacial e desintegração da vida cotidiana nas favelas cariocas. In: ZAAR, M. H.; VASCONCELOS, M. P. J; CAPEL, H. (Org.). **La electricidad y el território**: historia y futuro, 1 ed., Barcelona: Geocrítica, v. 1, 2017, p. 1-18.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998, 373p.